

PARECER - PLO Nº 173/2021

PARECER JURÍDICO À COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBITINGA.

Trata-se de parecer ao Projeto de Lei Ordinária de nº **173/2021**, com a **Emenda de nº 01/2021**, de autoria da nobre Vereadora Janaina Zambusi Nogueira Bastos, que pretende dispor sobre a divulgação, no site oficial da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Ibitinga, dos dados básicos de todos os projetos de construção, reforma e demais obras públicas municipais.

É sabido que ao Município compete suplementar a legislação federal e estadual, no âmbito de sua competência, nos termos do art. 30, inciso II da Constituição Federal. O Município está apto a legislar sobre assuntos de interesse local.

A Lei Orgânica Municipal assim dispõe:

ART. 4º - Ao Município compete prover tudo quanto respeite ao seu peculiar interesse e ao bem estar de sua população, cabendo-lhe, privativamente, entre outras, as seguintes atribuições:

I - Legislar sobre assuntos de interesse local;

Art. 105-A - Lei Municipal disciplinará as formas de participação do usuário na administração pública direta e indireta, regulando especialmente:

(...)

II - o acesso dos usuários a registros administrativos e a informações sobre atos de governo, observado o disposto no art. 5º, X e XXXIII da constituição Federal;



Matéria semelhante, no que tange ao direito de acesso à informação, já foi objeto de ação direta de inconstitucionalidade, e apreciada pelo Egrégio TJSP, “in verbis”:

ADIn nº 2.125.989-60.2015.8.26.0000 – São Paulo

Voto nº **33.167**

Autor: PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MIRASSOL

Réus: PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE MIRASSOL

(Proc. nº 3772/2015)

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. Lei nº 3.772/15 do Município de Mirassol autorizando a criação de Plataforma Virtual para o acompanhamento da execução das obras realizadas pela Prefeitura Municipal de Mirassol, aberta à consulta pública. Possibilidade. Inconstitucionalidade. Inocorrência. **Vício de iniciativa.**

Ausência na modalidade organização administrativa. Não houve ofensa à independência e separação dos Poderes. Legislação protege o princípio da transparência, com respaldo no art.111 da CE. Precedentes deste C. Órgão Especial. **Indicação da fonte de custeio.** Possível a genérica. Precedentes dos Tribunais Superiores. **Improcedente a ação.** (São Paulo, 11 de novembro de 2015. **Evaristo dos Santos RELATOR**)_

Diante de todo o exposto, o Projeto de Lei foi emendado, obtendo viabilidade jurídica conforme recomendado em parecer juntado aos autos, motivo pelo qual emito parecer favorável ao Projeto de Lei de nº 173/2021, com a Emenda de nº 01/2021.

É o nosso parecer, sem embargos de opiniões adversas, “sub censura”.

Ibitinga, d/s.

Atenciosamente,

RICARDO TOFI JACOB

DIRETOR JURÍDICO

ASSINATURA DIGITAL_



